

LIVROS RECEBIDOS

COHN, Gabriel. **Frankfurt, Weber – Teoria e Pensamento Social 1**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2016 (272 p).

Weber, Frankfurt é uma reunião de ensaios de Gabriel Cohn, professor emérito da USP, sobre os dois temas centrais dos seus trabalhos, e pelos quais é reconhecido como um dos principais estudiosos do Brasil. Usando esse apoio teórico, são analisados temas como desenvolvimento, cultura, tendências de civilização e modos de pensar e de agir na sociedade contemporânea. Um livro fundamental para todos os interessados nos fundamentos para a compreensão dos grandes rumos da sociedade.

Site: <http://www.azougue.com.br/weber-frankfurt-vol-1/p>

Email: vendas@azougue.com.br



APRESENTAÇÃO

Sobre a origem

Como a sociedade é pensada, quais são os fundamentos desse pensamento e qual é seu substrato cultural. Eis o complexo temático no qual se movem os textos reunidos neste livro, desdobrado em dois volumes. Se neles também estivessem presentes textos sobre questões de desenvolvimento nacional, junto com estudos especificamente dedicados ao pensamento social brasileiro e algo sobre indústria cultural no Brasil, todo o terreno percorrido ao longo de meio século de trabalho acadêmico no amplo campo da sociologia e da ciência (mais precisamente, teoria) política estaria coberto neste conjunto. As referências diretas ao Brasil, embora não inteiramente ausentes aqui, ficam reservadas para um terceiro volume com organização similar a este. Naquele volume pretendo dar especial ênfase a antiga área de interesse no campo do pensamento social, relativa à distinção entre dois modos de pensar a sociedade e o mundo, que denomino “plebeu” e “senhorial”. Florestan Fernandes e Gilberto Freyre são bons exemplos.

Talvez devesse lamentar não ter feito algo nesse feitiço para o presente volume, pois tal contraste também pode ser detectado em outras paragens. Por exemplo, Charles Wright Mills e Talcott Parsons no caso norte-americano, ou, de modo clássico, Pierre Bourdieu e Alain Touraine na França. Quer ver como operam esses estilos (no caso, a variante plebeia)? Basta ir a Florestan, em 1967, escrevendo sobre sociedade de classes e desenvolvimento: “O grau de racionalidade de uma ação social, seja ela econômica ou de outra natureza, depende da estrutura do campo em que o agente atua socialmente”. Quem pensou em Bourdieu ao ler isso tinha fortes razões para tanto, e terá mais motivo para ficar atento quando considerar que não havia qualquer contato entre os dois autores, salvo as afinidades socialmente construídas, a formação polivalente nas ciências sociais e o ímpeto militante (“sociólogo por profissão e socialista por convicções políticas”, nas palavras de Florestan). Afinidades que, de resto, se encontram também no realce em análises de

Florestan, como aquelas sobre a trajetória histórica dos grupos negros na sociedade paulista, quando falava em *personalidade-status*, naquilo que em Bourdieu encontraria forma conceitual no *habitus*.

Como já fica claro neste introito, o tom desta apresentação é pessoal de ponta a ponta. Com uma reserva, contudo: seu foco é dado mais pelas condições institucionais que permitiram a produção dos trabalhos que aqui se apresentam reunidos do que pelo seu autor. Nesse sentido, tem a pretensão de ser também um pequeno documento de um específico ambiente intelectual.

Falei de “complexo temático”. Talvez possa dar um passo além, nesse ponto, e afirmar que essa expressão tem importância crucial no conjunto de trabalhos que aqui se apresentam, para sugerir que não se encontram reunidos por acaso. Na realidade, tocamos aqui um ponto importante na questão da oportunidade ou da importância de uma reunião de textos que no momento da publicação tinham tudo para parecerem ocasionais, independentes, sem maior conexão do que a autoria. Em uma visão de conjunto fica claro, todavia, que há sim um núcleo temático que se vai desdobrando neles. Weber e, com mais força, a teoria crítica da sociedade até Habermas, pelo menos, me ensinaram a concentrar a atenção no problema da racionalidade. Desdobramento direto disso, que se manifestou especialmente na passagem pelo Departamento de Ciência Política da USP (em uma carreira dividida rigorosamente ao meio, entre estudos sociológicos e políticos) é a atenção nas questões normativas relativas à justiça, mais precisamente à construção de uma sociedade justa. A síntese disso tudo está presente na insistente retomada da questão da civilização, entendida como

modo civilizado de vida. Por sua vez, os grandes clássicos da sociologia e do pensamento político moderno, associados a uma pitada de filosofia, essa antiga paixão mal-resolvida, abriram pistas para a sempre renovada tentativa de aprender e aplicar aquilo que é central nesse esforço. A saber, que cumpre converter a atenção naquilo que se experimenta no mundo social em problema e em matéria de reflexão, em busca de conhecimento bem fundado. Eles não estavam sozinhos nisso. Havia quem, nos anos de aprendizado e depois de trabalho na USP, se encarregava de concretizar essas referências ainda muito abstratas em questões vivas, concernentes ao aqui e agora, sem, no entanto, se descuidar da atenção aos fundamentos, às bases teóricas da pesquisa e às linhas de pensamento.

Citar nomes sempre envolve injustiça, mas é inevitável quando se busca apresentar figuras representativas de modos de ver e de pensar. Trata-se de evocar algo do terreno em que lançam raízes as preocupações expressas no presente conjunto de textos. Assim sendo, não há como deixar de nomear Florestan Fernandes e, especialmente no meu caso, Octavio Ianni, que em aula mandava ler tudo, de Weber e Sombart a obscuros antropólogos norte-americanos no Brasil (pouco Marx; não é verdade que houvesse algo como uma obsessão marxista na época, sobretudo quando se tratava de mestres com acentuado senso de ética profissional, como os meus) e, nos intervalos, punha os estudantes em campo com base em projeto de pesquisa elaborado por ele, enquanto Fernando Henrique Cardoso, notável professor, tem papel importante, porém mais distanciado. Ou então esquecer, digamos, o versátil (até mesmo dramaturgo) sociólogo Duglas Teixeira Monteiro, ou a cálida e acolhedora (mas suavemente crítica

quando a ocasião exigia) Marialice Mencharini Foracchi, ou o severo estudioso de Marx via Althusser, Luiz Pereira (“o sociólogo, para Durkheim, é como o olho que boia”, conforme me conta Amelia, que foi sua aluna), ou o cego fisicamente e agudo intelectualmente Azis Simão. Para não falar do erudito Ruy Coelho, mais exatamente Galvão de Andrade Coelho junto com Maria Isaura Pereira de Queiroz digno representante da herança quatrocentona da USP atropelada pela vinda de filhos e imigrantes e afins. Dele a antropóloga Gioconda Mussolini (que, junto com os sociólogos Ianni, Foracchi e o mais jovem e extraordinariamente talentoso José Cesar Gniaccarini formavam o quarteto italiano, tão bom quanto o de cordas) dizia que sua verdadeira vocação seria ficar no saguão da rua Maria Antonia, pronto para receber qualquer pessoa que tivesse qualquer dúvida sobre qualquer coisa. Ou não lembrar de Egon Schaden, autor de frase cujo tom faceto escondia a carga explosiva de incitação à reflexão envolvida, quando comunicava em tom solene aos iniciantes em antropologia, “o homem é o animal que ri”, para logo corrigir, “dirão vocês, a hiena também ri” e completar, fitando com ar pensativo o cachimbo, “ri, sim, mas não acha graça”. Para não falar do estudo da política, com Oliveiros Ferreira, que conseguia mesclar o exame das grandes questões do momento com a intransigente exigência de estudar a qualquer custo a obra de autores remotos como os jesuítas espanhóis Suarez e Mariana ou então Meinecke sobre a razão de Estado, ou ainda Paula Beigelman, que conhecia Joaquim Nabuco bem melhor do que ele mesmo. Isso tudo sem esquecer a filosofia (ética, uma das duas disciplinas na área na época) com o notável Michel

Debrun, que conseguiu a proeza de, nos anos 1960, ser quadro da USP e do ISEB, instituições que então se dedicavam ao jogo de *Spy versus Spy*, sempre mantendo a mente aberta (“leiamos Durkheim, mas não podemos negligenciar Bergson sobre as duas fontes da moral e da religião”). Tantos outros, mas não enfileiremos nomes, por mais que prontamente ocorram à memória. A referência a esses mestres e colegas não é casual, porém, nem meramente cerimoniosa. Serve para lembrar que a USP, como representante exemplar da universidade pública, não é mera “marca” (quanto vale, à parte os imbecis *rankings*?) e que o espírito que cultivava há meio século impregna de ponta a ponta pequenos estudos que hoje poderiam parecer produtos acidentais ou respostas a meras formalidades da rotina acadêmica, em vez de sinais de legítima inquietação intelectual. Por quanto tempo ela será capaz de fazer isso, em época em que o vínculo efetivo do docente pesquisador, ou pesquisador docente, é mais com as agências de fomento e suas exigências do que com a universidade?

Que haja, então, um núcleo temático irradiando-se por todos esses textos. Onde, então, encontrá-lo para além das referências mais gerais? A grande indicação, que transparece de ponta a ponta no conjunto, manifesta-se de maneira plena no lema que poderia caracterizar o livro, “civilização, cultura, ideologia”. E a ênfase recai sobre o primeiro termo: civilização. Referindo-se ao meu trabalho, José Maurício Domingues pinçou com grande agudeza dois temas que nele figuram como inseparáveis da questão central da civilização (no sentido de um modo socialmente constituído de agir e de ser, não de configuração histórica específica). São eles indiferença e dominação, dois polos que definem, por

contraste, aquilo que realmente importa. Tensa entre esses dois polos, a civilização busca caminhos para se desenvolver, e uma das tarefas a que se dedicam os textos consiste na identificação dos obstáculos que encontra nessa dificultosa travessia. O tema da civilização como fio condutor de um conjunto de estudos e reflexões resulta de uma espécie de condensação de um complexo temático originário, centrado nas ideias de razão e de justiça. Impossível não reconhecer que em todos os momentos (incluindo nisso os estudos sobre questões brasileiras, reservados para o segundo volume) há um fio vermelho percorrendo o conjunto, sempre com nítida matiz normativa. De Adorno a Wright Mills a questão fundamental consiste em como enfrentar, nas condições impostas pela constituição das sociedades em cada momento (sendo isso o que se trata de investigar em primeiro lugar), os dilemas que se desenham para a ação. É por isso que ficou reservada posição central para o artigo sobre desenvolvimento como processo civilizador, cujo título já diz tudo. No conjunto do livro apenas um texto, sobre Weber e Gramsci, é inteiramente inédito. E não por acaso é o maior deles, ao recolher linhas de interesse e preocupações acumuladas ao longo de décadas e as organizar de modo muito específico. No fundo, é quase um esboço daquilo que poderia ser o segundo volume do livro dedicado a Weber, *Crítica e resignação*; desde que, para além de Gramsci, eu tivesse coragem para escrever o fecho da coisa, um artigo sobre Weber e Adorno. Nem por isso deixa de haver ambição. Trata-se, além das questões mais amplas envolvidas no tema, de expor aquilo que sustenta minha pretensão (ou ilusão) a uma contribuição real à leitura de Weber, relativa ao papel da ideia de

Gewalt (força, ou violência?) no pensamento weberiano. Isso sem falar da sinalização já propiciada por Gramsci para aquilo que emerge no mais recente dos textos, sobre a dialética marxista. É que nele transparece algo mais do que um interesse muito real, e menos inibido do que anteriormente se manifestara, pelo corpo de pensamento associado à figura de Marx. Nele encontra-se também com todas as letras antiga paixão pela questão do tempo no universo social, já presente no artigo sobre temporalidades e com referência a Gramsci.

Pena que nada haja sobre linguagem, outra velha paixão recolhida. Tempo e civilização, o tempo da civilização, o modo da civilização, a linguagem da civilização. Gostaria de poder voltar a isso algum dia. (...) É isso. Não é este o lugar para encontrar joias, mas talvez seja possível colher aqui e ali alguma ideia estimulante, junto com uma espécie de testemunho de certo modo de praticar a reflexão num particular ambiente acadêmico, aquele que foi o meu do começo ao fim nos estudos e na carreira acadêmica e, no essencial, continua sendo. Se não fui desastrado de ponta a ponta no meu trabalho, aquilo que aqui se apresenta terá o mérito que importa, o de mostrar que a universidade pública (uma específica no meu caso, mas a referência é mais ampla) na sua melhor fase e mesmo nos anos 1970, mutilada e inibida pela ditadura, não formou nem deu incentivo à pesquisa e ao ensino à toa. E isso por boa razão: a de que nos seus melhores momentos, a serem apreciados e cultivados, soube valorizar o uso independente e ousado da inteligência mediante o conhecimento, junto com o gosto por ele e por sua multiplicação.

Em tempo: a preparação deste livro só foi possível graças ao apoio da Capes, mediante bolsa de professor visitante sênior na Unifesp, no ambiente estimulante propiciado pela equipe do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-EFLCH daquela nova e vibrante universidade federal.

SUMÁRIO

1. Esclarecimento e ofuscação – Adorno e Horkheimer hoje
2. Música e racionalização em Max Weber
3. Temporalidades – timbres e pulsações
4. O tempo e o modo – matrizes da dialética marxista
5. Weber, Gramsci e os modernos
6. Soberania e responsabilidade – Weber sobre parlamento e governo
7. Desenvolvimento como processo civilizador
8. Civilização, cidadania e barbárie
9. A sociologia e o novo padrão civilizatório
10. Identidades problemáticas
11. Ideologia como operador textual
12. As duas faces da indústria cultural
13. A forma da sociedade da informação.